

1 **ATA Nº138.** Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezoito, o Conselho Municipal de Saúde –  
2 CMS, reuniu-se para sua trecentésima trigésima primeira plenária **ORDINÁRIA**, às quatorze horas, no auditório  
3 da Secretaria Municipal de Saúde, 4º andar, Arena Condá. Estiveram presentes para a posse os conselheiros  
4 **TITULARES:** Izelda T. Oro (SINTIPAV), Harri W. Hubner (Conselho Comunitário do Bairro Santa Maria), Maria  
5 de Lourdes Muller (Associação de Moradores do Distrito Marechal Borman), Sandra Aparecida Maia (Conselho  
6 Comunitário dos Bairros Saic e Jardim Itália), Nara S. G. Dadalt (ASUCAPS), Edir Santo Damo (ADHI), Almir  
7 Bergamin (ADEVOSC), Andre J. Teloken (SINDICONT), Ariel F. Da Silva (SITRAN), Ernani Zottis (SICOM),  
8 Roseli T. M. Santander (GAPA), Tiago Zanella (CRF-SC), Carolina Damo (CRMV), Adriana Hilleshein (ABEN),  
9 Gilberto J. Mario (ABO), Gabriel O. De Oliveira (CREFITO), Fabio R. N. Fernandes (SITESSCH), Osmar A. de  
10 Oliveira (Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira), Nédio Conci (SESAU), Jeane C. M. de Oliveira  
11 (SESAU), Solange Cardoso (SESAU) e Maristela Santi (SESAU) e **SUPLENTE:** Beatriz F. Da Silva  
12 (SITICOM), Barbara Figueira (SINTESC), Magna Anzolin (SIMEC), Rangel Basso (CRF-SC), Maria E.  
13 Rodrigues (COREN), Geisa M. de Oliveira (CIS-AMOSC), Tanis Mara Z. Legal (RFCC), Gessiani Larentes  
14 (SESAU), Leandra Porto (SESAU), Suzana Berlt (SESAU) e Elisonia Renk (INSS). Como convidados:  
15 acadêmicos de odontologia da Unochapecó, Conselhos Locais Sul, Mal. Borman, Cristo Rei, Eldorado, equipe da  
16 Vigilância Sanitária, Sr. Marcos Neres (Hospital da Criança), Rita Oltramari (ADR) e o vereador de Chapecó, Sr.  
17 Cleiton Fossá. A primeira-secretária do Conselho Municipal de Saúde, Solange Cardozo leu o quorum qualificado  
18 com 27 conselheiros aptos as votar. **Ordem do dia: 1. Discussão e deliberação da Ata nº 136 e 137; 2. Discussão**  
19 **e Deliberação de moção de repúdio a graduação a distância (EAD) na área da saúde; 3. Indicação de**  
20 **representante do Conselho Municipal de Saúde de Chapecó, para compor: Comissão de Integração Ensino**  
21 **Serviço - CIES - da Região Oeste de SC, Comitê de Ética em pesquisas Envolvendo Seres**  
22 **Humanos/Unochapecó, Comitê Municipal de Mortalidade Infantil, Comitê de Ética em Pesquisa da UCEFF**  
23 **Faculdades, Comitê de Ética em pesquisas Envolvendo Seres Humanos/UFRS; 4. Apresentação, discussão e**  
24 **deliberação referente Plano de Operativo – 2018 Hospital da Criança Augusta Muller Bohner; 5.**  
25 **Apresentação, discussão e deliberação referente Plano de Trabalho – 2018 Hospital da Criança Augusta**  
26 **Muller Bohner; 6. Apresentação, discussão e deliberação referente Convênio nos Termos de Convênio nº 138-**  
27 **2011 Hospital da Criança Augusta Muller Bohner.** A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Izelda T. Oro,  
28 apresentou o primeiro ponto de pauta: Discussão e deliberação da Ata nº 136 e 137. Os conselheiros aprovaram a  
29 Ata nº 136 por 26 votos a favor. Os conselheiros aprovaram a Ata nº 137 por unanimidade. No segundo ponto de  
30 pauta: **Discussão e Deliberação de moção de repúdio a graduação a distância (EAD) na área da saúde.** A vice-  
31 presidente do Conselho Regional de Farmácia, Sra. Hortência Tierling, apresentou a moção de repúdio a graduação  
32 a distância (EAD) na área da saúde. A Sra. Hortência afirmou que existe uma preocupação pois já no ano de 2016  
33 o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Resolução nº 515, posicionando-se contrário à autorização de todo e  
34 qualquer curso de graduação da área da saúde, ministrado totalmente na modalidade Educação a Distância (EaD),  
35 considerando que já são grandes as dificuldades na formação presencial de bons profissionais. Hortência comentou  
36 que o MEC publicou uma Portaria que regulamentou o Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017, com o objetivo  
37 de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância (EAD) desburocratizando fluxos e reduzindo o  
38 tempo de análise dos processos, a portaria possibilitou o credenciamento de instituições de ensino superior para  
39 cursos de educação a distância sem o credenciamento para cursos presenciais com isso as instituições poderão  
40 oferecer exclusivamente cursos EAD na graduação e na pós-graduação. Hortência informou que na região Oeste  
41 cursos na área da saúde como Farmácia, nutrição, fisioterapia, biomedicina e enfermagem já estão sendo  
42 anunciados na modalidade de graduação EAD. Hortência afirmou que no curso de Farmácia 70% das aulas são  
43 teórico/práticas, não há como um profissional dessa área, por exemplo fazer um exame de análises clínicas ou  
44 toxicológicas ou manipular um medicamento somente aprendendo as técnicas a distância. Hortência afirmou que a  
45 política de expansão do ensino superior vem atendendo especificamente aos interesses do mercado, com atuação de  
46 grandes núcleos educacionais, inclusive estrangeiros no país, alguns com aplicação na bolsa de valores dessas

47 empresas e não estão preocupados com a saúde do país com profissionais bem formados e capacitados para prestar  
48 um atendimento de qualidade. Hortência informou que houve uma audiência pública na assembléia Legislativa de  
49 Santa Catarina com a presença de todos os conselhos de profissionais da área da saúde. Hortência salientou que em  
50 nenhum país do mundo é autorizada a graduação totalmente a distância na área da saúde. Hortência comentou que  
51 existem muitos cursos na área da saúde de graduação na modalidade presencial com vagas ociosas e não existe  
52 necessidade de mais cursos na modalidade EAD. Hortência finalizou mostrando um áudio gravado pelo presidente  
53 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Sr. Ronald Ferreira dos Santos. A conselheira Adriana, que representa a  
54 ABEN, se manifestou apoiando a moção de repúdio e solicitando o apoio dos demais conselheiros. O conselheiro  
55 João comentou que as Normas Regulamentadoras já tratam disso no que se refere aos cursos profissionalizantes, e  
56 apoia a moção e sugere que o assunto seja levado ao Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador, mas considerou  
57 que deve estar claro o que não se apoia nessas graduações EAD. Hortência comentou que cada área está levando  
58 seus percentuais cabíveis de aulas a distância ao MEC, quanto a moção está repudiando os cursos totalmente EAD.  
59 O conselheiro Fabio, do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, afirmou que sua entidade também é contra a  
60 graduação totalmente a distância e ressaltou o quanto está difícil a contratação de profissionais capacitados para  
61 trabalhar nos estabelecimentos por não passarem nas provas de qualificação, imagine se as graduações forem  
62 totalmente a distância. Hortência salientou que a carteira profissional será igual tanto para as graduações  
63 presenciais quanto para as EAD pois os conselhos não podem fazer distinções. O conselheiro Ariel parabenizou as  
64 entidades que estão mobilizadas, pois acredita que é função das mesmas, e sugeriu que a moção traga proposições  
65 claras no sentido de abraçar o ensino EAD, envolvendo a tecnologia, pois nesse século existem tantas tecnologias  
66 como, por exemplo, cirurgias feitas a distância por inteligência artificial. Sr. Ariel acredita que a tecnologia irá se  
67 inserir em todos os contextos, e todos os cursos, uns mais outros menos terão que se abrir a mediações com a  
68 tecnologia. Ariel considerou também que a nova geração que está vindo “já nasce com o celular na mão”, e se  
69 colocar essa geração em período integral dentro de uma instituição, cinco dias por semana se sentirão enjaulados.  
70 Sr. Ariel sugeriu que os conselhos consigam analisar como abraçar o EAD e propor ao Ministério da Educação uma  
71 solução intermediária. O conselheiro Ariel finalizou considerando que essa pauta não é de competência do  
72 Conselho Municipal de Saúde, se manifestar sobre matéria educacional, pois já existem legislações que  
73 regulamentam e autoridades constituídas que fazem a fiscalização e talvez essa pauta esteja invadindo uma  
74 competência. A Sra. Hortência afirmou que respeita a opinião do conselheiro mas uma das atribuições do controle  
75 social é ordenar sobre recursos humanos com qualidade na saúde, a discussão proposta todos os conselhos estão  
76 fazendo, o curso de Farmácia é de 20 a 30% de possibilidade de ser a distância, 70% sem possibilidade de EAD,  
77 para outros cursos não consegue opinar por não ser da área mas todos tem a sua porcentagem daquilo que é  
78 possível realizar a distância. Sra. Hortência considerou que existem atendimentos feitos a distância mas acredita  
79 que o profissional que as realiza passou por um ensino presencial, com contato com pacientes pois a saúde não é  
80 virtual e sim presencial. Hortência afirmou também que a discussão entre o Conselhos de Saúde e Educação estão  
81 sendo feitas e salientou que o CNS possui representantes de todos os profissionais de saúde. A preocupação é que o  
82 Decreto permite a graduação totalmente EAD e não existe a possibilidade de formar um profissional de saúde sem  
83 nenhuma aula prática. O conselheiro e secretário de saúde, Sr. Nédio acredita que não se pode preparar um  
84 trabalhador que cuidará da saúde das pessoas com formação cem por cento a distância, considerou alguns ataques  
85 que o Sistema Único de Saúde vem sofrendo nos últimos anos, e acredita que a graduação totalmente a distância  
86 na área da saúde só servirá para fragilizar ainda mais o sistema, que é o maior programa de inclusão social. O  
87 conselheiro Nédio afirmou que atualmente as áreas da saúde e educação estão caminhando juntas, em virtude da  
88 proposta pedagógica de integração ensino/serviços. A moção foi aprovada por 21 votos com 4 votos contra e uma  
89 abstenção. A conselheira Gessiani afirmou quer o Conselho municipal de Saúde tem essa responsabilidade também  
90 diante dessa discussão, pois a Constituição Federal e na Lei 8.080 diz que o sistema Único de Saúde deve ser  
91 ordenador da formação e na Política Nacional de Atenção Básica também reforça a importância da formação e da  
92 construção do conhecimento a partir da realidade do sistema. Gessiani ressaltou que desde 2005 o município de

93 Chapecó vem sendo cenário de práticas através de todas as Unidades Básicas de Saúde e serviços da Secretaria de  
94 Saúde que recebem estudantes de todas as instituições de ensino, no intuito de preparar esses profissionais diante da  
95 realidade do Sistema Único de Saúde. Gessiani manifestou preocupação de como será o ensino desses profissionais  
96 que aprenderão de forma totalmente virtual. Terceiro ponto de pauta: **Indicação de representante do Conselho**  
97 **Municipal de Saúde de Chapecó, para compor: Comissão de Integração Ensino Serviço - CIES - da Região**  
98 **Oeste de SC, Comitê de Ética em pesquisas Envolvendo Seres Humanos/Unochapecó, Comitê Municipal de**  
99 **Mortalidade Infantil, Comitê de Ética em Pesquisa da UCEFF Faculdades, Comitê de Ética em pesquisas**  
100 **Envolvendo Seres Humanos/UFFS.** A presidente informou que essas comissões são as que o CMS possui  
101 representação e solicitou as manifestações dos conselheiros. Ficou definido que as conselheiras Adriana (titular) e  
102 Solange (suplente) ficaram como representantes na Comissão de Integração Ensino Serviço – CIES, os  
103 conselheiros Gilberto (titular) e Izelda (suplente) representarão o Comitê de Ética em pesquisas Envolvendo Seres  
104 Humanos/Unochapecó, a secretária do CMS Solange (titular) e o conselheiro Fabio (suplente) serão os  
105 representantes do Comitê Municipal de Mortalidade Infantil, a conselheira Roseli (titular) e o conselheiro Ariel  
106 (suplente) serão os representantes no Comitê de Ética em Pesquisa da UCEFF Faculdades, e as conselheiras  
107 Bárbara (titular) e Solange (suplente) serão as representantes o Comitê de Ética em pesquisas Envolvendo Seres  
108 Humanos/UFFS. Quarto, quinto e sexto pontos de pauta: **Apresentação, discussão e deliberação referente Plano**  
109 **de Operativo – 2018 Hospital da Criança Augusta Muller Bohner; Apresentação, discussão e deliberação**  
110 **referente Plano de Trabalho – 2018 Hospital da Criança Augusta Muller Bohner; Apresentação, discussão e**  
111 **deliberação referente Convênio nos Termo de Convênio nº 138-2011 Hospital da Criança Augusta Muller**  
112 **Bohner.** A presidente informou que esses pontos de pauta estão conectados em uma única discussão e perguntou  
113 aos presentes se fizeram a leitura dos materiais que foram encaminhados junto com o edital. A presidente comentou  
114 que é a primeira vez que um Plano Operativo do Hospital da Criança está passando para o Conselho Municipal de  
115 Saúde, com exceção de 2011 que foi apresentado o Plano Operativo. A presidente solicitou ao secretário Nédio que  
116 todos os termos de convênio passem pelo Conselho Municipal de Saúde visando a transparência. O Sr. Paulo  
117 Winckler, Assessor Jurídico da Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira iniciou a apresentação informando  
118 que no ano de 2011 o prefeito da época procurou a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira buscando apoio  
119 para a abertura do Hospital da Criança. A Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira é uma entidade de direitos  
120 civil, privado e filantrópico, que é formada aproximadamente 41 associados e por um Conselho composto pelas  
121 entidades ACIC Chapecó, CDL Chapecó, SICOM, Aurora, CEC, CREMESC, SITICOM, Cooperalfa, Sind. Dos  
122 Prod. Rurais de Chapecó, Rotary International, Lions Internacional e potências maçônicas, que se reúnem  
123 constantemente. Informou os nomes dos membros da Direção Executiva: Presidente – Severino Teixeira Da Silva  
124 Filho; Vice Presidente – Rogério Getúlio Delatorre; Secretário – Silvano Grasel. Membros do Conselho Delegado  
125 de Administração: Gelson Dalla Costa – Presidente; Ingon Luiz Rodrigues - Vice – Presidente; Omar José  
126 Cassol – Secretário e demais membros Celestino Scatolin, Clair Sergio Rodegheri, Diógenes Lang, Hélio Mário  
127 Surdi, João Carlosn Stakonski e Rajá Elias. Membros do Conselho Fiscal: Vilmar Luiz Mattiello (Titular), Sérgio  
128 Utzig (Titular), Celso Edmar Grandó Coletti (Titular), Mauro Damo (Suplente), João Batista Baroncello (Suplente)  
129 e Nelson Paulo Rossi (Suplente). Equipe Técnica Administrativa do HRO: Osmar Arcanjo De Oliveira – Diretor  
130 Geral, Dr. Sérgio Moura Casagrande – Diretor Técnico, Paulo Gilberto Zandavalli Winckler – Assessor  
131 Jurídico, Vânia Maria Lovera – Gerente de Serviços, Tânia Maria Tacca Zunkowski - Diretora de Enfermagem e  
132 Edu Vial – Assessor de Imprensa. Equipe Técnica Administrativa do Hospital da Criança: Marcos Antonio Neres-  
133 Gerente Administrativo, Francieli Cecconello – Responsável Técnica Enfermagem, Dr. Walter Cavali - Diretor  
134 Técnico. Equipe Técnica Administrativa do Hospital Nossa Senhora da Saúde (HNSS), sede em Coronel Freitas  
135 (SC) : Larissa Fuhr – Responsável Técnica Enfermagem, Eloisa kuhn – Responsável Técnica Administrativa, Dr.  
136 Jackson Rossoni Mendes – Diretora Técnica. O quadro de Profissionais do HC: Médicos, valor fixo, em plantão ou  
137 sobreaviso: 35; Profissionais da enfermagem 88; Profissionais assistente de apoio: 49; Profissionais setor  
138 administrativo: 39. O Sr. Paulo salientou que em 2011 uma lei para gerenciar o Hospital da Criança pela Fundeste

139 estava tramitando na câmara de vereadores, mas num levantamento epidemiológico a entidade orçou um valor para  
140 gerenciar o Hospital da Criança em torno de um milhão de reais, e por isso o prefeito solicitou apoio da Associação  
141 Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, com isso passou-se a gestão tripartite, ou seja, a Fundeste, a Associação e o  
142 município de Chapecó. Nessa gestão a Fundeste ficou com a parte educacional, de formação acadêmica de aulas  
143 práticas, e a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira ficou com a gestão hospitalar. O Hospital Regional do  
144 Oeste tinha uma demanda de neurologia e neurocirurgia de Alta Complexidade na época e aceitou a parceria  
145 mudando o setor de pediatria do HRO para as dependências daquela estrutura, e em trinta dias a Associação  
146 Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira abriu o Hospital da Criança. Sr. Paulo salientou que a partir daí criou-se uma  
147 demanda espontânea e de seissentos atendimentos de pediatria no HRO passou-se a três mil atendimentos no HC. O  
148 Sr. Paulo comentou que desde o início esse hospital foi deficitário, porque é um hospital de média e de baixa  
149 complexidade, e acredita que somente será viável quando for habilitado em Alta Complexidade. No ano de 2015 foi  
150 feito um projeto para construir uma nova ala com cinco andares no Hospital da Criança, com UTI pediátrica, para  
151 habilitar em Alta Complexidade, pois há a necessidade de adequação do espaço físico para tanto, esse projeto já  
152 está aprovado. Sr. Paulo passou a palavra para o conselheiro Osmar para que esse apresente os demonstrativos  
153 financeiros do Hospital da Criança. Este apresentou a área de abrangência da Alta Complexidade em oncologia  
154 infantil e da Média Complexidade. O conselheiro Osmar apresentou o comparativo das médias mensais dos últimos  
155 anos do Hospital da Criança com a análise da produção de serviços, o comparativo de atendimentos no Pronto  
156 Socorro, Osmar comentou que a maioria dos atendimentos poderiam ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde  
157 por serem somente consulta médica, os principais procedimentos realizados no HC em 2017, a representatividade  
158 da Receita e Despesa desde o ano de 2015, o demonstrativo de evolução de Receita e Despesa desde 2015. O  
159 conselheiro Osmar salientou que os números apresentados são da base do DATASUS, ou seja, números públicos,  
160 apresentou também os seguintes relatórios do Hospital da Criança desde o ano de 2015: Demonstrativo de Receita  
161 (média/mês), Demonstrativo de Despesa Pessoal Próprio, Demonstrativo Receita Prefeitura, Receita Convênios e  
162 Particulares, Demonstrativo de Despesas, Demonstrativo dos Serviços Médicos, Demonstrativo Manutenção,  
163 Demonstrativo Medicamentos, Demonstrativos Gêneros Alimentícios, Demonstrativo materiais Diversos,  
164 Demonstrativo Material de Expediente, Demonstrativo Lavanderia. O conselheiro Osmar informou que as contas  
165 estão com superávit graças ao subsídio que a prefeitura de Chapecó repassa, mas fazem dois meses que o HC parou  
166 de receber o valor de R\$ 716.000,00 que baixou para R\$ 424.000,00, então quando for fechado o segundo trimestre  
167 o HC já estará com déficit. O conselheiro Osmar explicou através dos demonstrativos a importância da subvenção  
168 da prefeitura de Chapecó para equilibrar as contas do HC. Finalizou informando que alguns processos que visam a  
169 redução de custos são efetuados no HRO e não são computados como despesas do Hospital da Criança, sendo elas:  
170 Contabilidade, Faturamento, Compras, Fiscal, Medicina do Trabalho, apoio na quimioterapia e transporte. Sra.  
171 Rita perguntou a respeito de onde são feitos os trabalhos de lavanderia do HC e o conselheiro Osmar explicou que  
172 são feitos no HRO e são computados porque se consegue obter o custo do serviço. O Sr. João considerou que os  
173 demonstrativos são simplistas demais para esclarecer as dúvidas dos conselheiros, e perguntou de onde virá o  
174 complemento financeiro para repassar ao HC. A presidente Izelda comentou que no dia 17 de dezembro de 2012, a  
175 prefeitura de Chapecó autorizou conceder a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira o valor de R\$  
176 3.373.340,00 e isso não passou pelo Conselho Municipal de Saúde mesmo sendo um recurso do Fundo Municipal  
177 de Saúde. Izelda comentou sobre mais um repasse feito no ano passado num total de R\$ 3.600.000,00 repassado a  
178 Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira para o Hospital da Criança, ou seja os recursos foram repassados mas  
179 não passaram pelo Conselho Municipal de Saúde para que os conselheiros questionassem de onde saíam esses  
180 recursos. A presidente Izelda salientou que o que passou não se pode mudar mas se o Conselho Municipal de Saúde  
181 aprovar esse novo Termo de Convênio, que repassa doze parcelas no valor de R\$ 520.000,00/mês, terá que ter  
182 fundamentação na previsão do Plano Municipal de Saúde e o HC deve apresentar a cada três meses o cumprimento  
183 do Plano de Trabalho. A presidente verificou que no Plano Municipal de Saúde 2018-2021, no eixo sexto, está  
184 prevista a ação: Promover a manutenção do Hospital da Criança, conforme Plano Operativo firmado entre a

185 SESAU e o Hospital Regional. A presidente Izelda salientou que se baseia muito nas leis antes de discutir as pautas  
186 nas plenárias, comentou de reunião que o HC apresentou o Plano de Trabalho a Comissão de Prestação de Contas,  
187 pois essa comissão cabe analisar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, e o secretário de saúde Nédio  
188 atendendo um pedido verbal da presidente do Conselho Municipal de Saúde quanto a fonte de recursos ao Hospital  
189 da Criança informou que R\$ 420.000,00 são recursos provenientes da produção dos serviços prestados pelo  
190 hospital conforme plano operativo, recursos esses recebidos do ministério da Saúde e R\$ 520.000,00 são recursos  
191 de convênio municipal repassados pela Prefeitura municipal ao Fundo Municipal da Saúde, este repassa a  
192 Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, para fazer frente aos custos assistenciais do hospital que tem por  
193 objetivo o atendimento geral e oncológico pediátrico. O repasse financeiro do referido convênio está na  
194 Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica 8.080 do SUS, e especificamente na Lei Complementar 141 de 13  
195 de janeiro de 2012, conforme artigo 3º nas alíneas II e XII. Ofício nº SESAU/GAB nº 574/2018, de 21 de junho de  
196 2018. A presidente informou que se está presente no Plano Municipal de Saúde o secretário de saúde pode fazer  
197 essa transferência de recursos financeiros. A presidente salientou que o Conselho Municipal de Saúde deve tentar  
198 trazer mais recursos para os hospitais e não retirar de outra fonte. O Sr. Paulo informou ao Sr. João que esteve  
199 apresentando os demonstrativos a Comissão de Prestação de Contas e todos os dados foram trazidos, e a  
200 apresentação dessa plenária foi feita de forma simples porque está codificada, e sugeriu que seja pesquisado mais  
201 detalhadamente no site do hospital, considerou que uma coisa é o Plano de Trabalho para a lei que irá criar o  
202 convênio e outra coisa é o Plano Operativo que é firmado com o gestor do Fundo Municipal de Saúde e possui um  
203 órgão de fiscalização, que é o Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, e que audita mensalmente as  
204 contas do hospital. O Sr. Paulo salientou que a administração do hospital não tem nada a esconder, o demonstrativo  
205 está codificado mas se alguém tiver dúvidas pode pesquisar no site do hospital, pois está na Lei a obrigatoriedade  
206 de publicar. O Sr. João salientou que foi conselheiro do Conselho Municipal de Saúde nos últimos quatro anos e  
207 percebeu que fez um questionamento e recebeu uma resposta que considerou desrespeitosa, salientou que os  
208 conselheiros não tem uma obrigatoriedade de entender os demonstrativos, e quando os conselheiros fazem os  
209 questionamentos devem ser esclarecidos de forma respeitosa e considerou que seu questionamento não foi no  
210 sentido de desconfiar, mas se os conselheiros devem dar o aval para a aprovação da pauta devem entender do que  
211 se trata pois depois devem responder para a sociedade. O Sr. Paulo respondeu que o Sr. João não entendeu a sua  
212 fala, salientou que foi conselheiro no Conselho Municipal de Saúde por vinte anos, e antes de apresentar a pauta na  
213 plenária, apresentou para a Comissão de Prestação de Contas. O conselheiro Fabio perguntou se há tanta demanda  
214 para o HC porque houve redução no repasse do município para o hospital e o conselheiro Osmar falou que foi por  
215 determinação do gestor do município. A conselheira Elisonia comentou que o grande número de consultas médicas  
216 no Pronto Socorro sugere que algo não está correto, pois isso uma Unidade Básica de Saúde (UBS) pode oferecer,  
217 mas está sendo gerenciado num hospital. O conselheiro Osmar salientou que as UBS deveriam oferecer essas  
218 consultas. A conselheira Elisonia questionou também que o hospital da Criança é municipal mas atende uma  
219 demanda regional e perguntou se o HC atendesse somente o município de Chapecó se o hospital seria auto-  
220 suficiente. A conselheira questionou também que o HC sendo um hospital de média e baixa complexidade como  
221 realiza procedimentos de oncologia pediátrica que é de Alta Complexidade. A conselheira perguntou o que o  
222 Conselho Municipal de Saúde poderia fazer para discutir a implantação da Alta Complexidade no HC, pois os  
223 conselheiros querem que as coisas funcionem. O conselheiro Andre afirmou que percebeu que no HC são  
224 trabalhados três grupos: oncologia, ambulatório e internação e perguntou se teria como apresentar numa próxima  
225 reunião o prejuízo que cada um desses grupos estão gerando ao HC. O conselheiro Osmar acredita que na  
226 apresentação da gestão isso ficará claro. O Sr. Paulo respondeu os questionamentos da conselheira Elisonia. Disse  
227 que o HC é deficitário justamente por somente ser habilitado em média complexidade, teria que ser construída uma  
228 UTI (Unidade de Terapia Intensiva) pediátrica, uma ala específica para oncologia, com quartos individualizados  
229 pois há necessidade de isolar os pacientes. Comentou que no projeto inicial o HC era pra ser uma PPP (Pré-parto,  
230 Parto e Pós-parto) e não foi projetado para ser um Hospital da Criança. Dentro da estrutura do HC existem dois

231 quartos interligados por um mesmo banheiro e pelo mesmo chuveiro, então quando se isola um paciente oncológico  
232 que está fazendo quimioterapia são inutilizados três leitos, pois esses pacientes ficam com a imunidade muito baixa  
233 e não podem ter contato com outros pacientes. Quando o HC for vocacionado para Alta Complexidade os valores  
234 recebidos pelo Ministério da Saúde serão muito maiores. O secretário Nédio explicou que o HC trabalha na lógica  
235 de porta aberta e não na demanda referenciada, não há como impedir que os pais levem as crianças para serem  
236 atendidas no HC. O secretário Nédio salientou que muitos usuários utilizam a UPA, o Pronto Atendimento e  
237 também os hospitais simultaneamente, convidou os presentes a conhecer os postos de saúde do município, e que os  
238 conselheiros locais de saúde são testemunhas disso. Afirmou que o SUS é um sistema de saúde gratuito e não cabe  
239 a pessoas leigas questionar se a pessoa que procura o serviço está doente ou não e o cidadão tem a liberdade de  
240 utilizar a porta que escolher. Nédio salientou que a secretaria de saúde está normatizando os fluxos e a saúde no  
241 município de Chapecó está sendo construída por todos, prestadores, gestão municipal, Conselho Municipal de  
242 Saúde e o enfrentamento que deve ser feito é para melhorar a saúde como um todo. Nédio solicitou a compreensão  
243 de todos para que o convênio seja aprovado pois, caso contrário, pode comprometer a continuidade dos  
244 atendimentos no HC e ninguém quer fechar uma porta que funciona bem. O médico oncologista pediátrico do HC,  
245 Dr. Pablo Santiago, ressaltou que a parceria público/privado é muito forte na região pois os recursos financeiros  
246 públicos são direcionados mais para o litoral do Estado. Dr. Pablo salientou a importância do Hospital da Criança  
247 para toda a região. Explicou as causas de morte entre as crianças e salientou que a segunda principal causa de morte  
248 é o câncer infantil. Comentou que a Alta Complexidade em oncologia infantil trará outras áreas de Alta  
249 Complexidade para o hospital. O Dr. Pablo falou que o maior desafio quando aqui chegou foi atender uma região  
250 de mais de um milhão e quatrocentos mil habitantes, sendo que a previsão é de aproximadamente oitenta novos  
251 casos de câncer todos os anos. Outro desafio era enxugar custos, e conseguiu-se estabelecer uma redução nos  
252 custos mas, por outro lado, quando chegou no município tinha em torno de dez pacientes e agora já existem trinta  
253 pacientes em tratamento, fora os que estão em acompanhamento. O vereador Cleiton Fossa solicitou a palavra  
254 afirmando que acompanha assiduamente as contas públicas do município na Câmara de Vereadores e necessitava  
255 participar dessa reunião do Conselho Municipal de Saúde para entender um pouco dessa operação tripartite. O  
256 vereador acredita ser necessário a ampliação do controle social, e afirmou que não olha números, olha cidadãos. O  
257 Sr. Cleiton considera assuntos como saúde, educação, controle social assuntos muito polêmicos que devem ser  
258 tratados com responsabilidade. O vereador informou que está provocando uma audiência pública na Câmaras de  
259 Vereadores para promover o debate da saúde no município pois quando percebe o número de consultas feitas no  
260 HC acredita que as Unidades Básicas de Saúde, apesar de cumprir seu papel, não estão conseguindo atender a  
261 demanda. O Sr. Cleiton falou que no Plano Plurianual houve uma luta para destinar recursos para o HC, mas esse  
262 plano previu vinte e quatro milhões para publicidade e propaganda e não conseguia um consenso para destinar dois  
263 milhões para o HC, isso é sinal que não converge com as necessidades dos chapecoenses. O vereador informou que  
264 o que está falando está no orçamento da prefeitura e convidou aos presentes a irem até seu gabinete que lhes irá  
265 mostrar. Também salientou que a sociedade precisa conhecer os custos dos serviços que utiliza, que é de direito do  
266 cidadão conhecer, ter uma gestão transparente e confiável. O vereador acredita que o HRO está fazendo o que  
267 pode para manter os serviços funcionando e lembrou que esteve presente no debate em Brasília para manter a  
268 filantropia do HRO. Informou que a prefeitura possui um déficit de quarenta e cinco milhões de reais e se  
269 solidarizou com o secretário Nédio pois este assumiu uma dívida enorme que originou-se no ano de 2016, fechou-  
270 se portas em 2017 e gostaria de saber onde estão os cinquenta e quatro milhões excedentes que foram gastos em  
271 2016 na saúde. O Sr. Cleiton falou que embora tenha esse déficit de quarenta e cinco milhões de dívidas públicas  
272 há verbas pois há a previsão de vinte e quatro milhões de reais para serem gastos em publicidade e está na hora de  
273 inverter essa lógica. Encerrou convidando o Conselho Municipal de Saúde para participar desse debate e salientou  
274 que o Convênio anterior que a Câmara de Vereadores aprovou de três milhões e meio de reais para o HC não  
275 passou pelo CMS porque não foi observado para isso mas, a partir de agora, a orientação básica para aprovar os  
276 Termos de Convênio na área da saúde é antes passar pelo Conselho Municipal de Saúde. A conselheira Jeane

277 apresentou o Plano de Trabalho do Hospital da Criança Augusta Muller Bohner e explicou que o objetivo do  
278 Termo de Convênio é a transferência do recurso financeiro para auxiliar no custeio e manutenção dos serviços de  
279 saúde do afim de desenvolver, promover e executar as atividades em serviços de atendimento médico/hospitalar  
280 de urgência e emergência em favor da população. Jeane explicou que o Total do convênio é de R\$ 6.240.000,00  
281 dividido em 12 parcelas de R\$ 520.000,00. Informou que o cronograma se inicia em julho de 2018 e termina em  
282 junho de 2019. Jeane também apresentou o plano Operativo do Hospital da Criança Augusta Muller Bohner, com  
283 os valores dos tetos recebidos pelo governo federal, sendo que no total a Secretaria Municipal de Saúde recebe  
284 424.000,00. A conselheira Jeane pediu o apoio do vereador Cleiton Fossa para a aprovação do Termo de Convênio  
285 na Câmara de Vereadores também para que não haja prejuízo no pagamento da folha dos funcionários do HC. A  
286 presidente ressaltou que o Termo de Convênio aprovado não fará parte dos quinze por cento que o município tem  
287 que investir na saúde e ressaltou que fez um pedido ao prefeito para que as questões políticos/partidárias não se  
288 sobrepussem aos interesses da população. A presidente sugeriu também que o HC faça prestações de contas  
289 contínuas desse valor do convênio para o Conselho municipal de Saúde. O conselheiro João elogiou a gestão do  
290 Secretário Nédio e explicou que quando questiona não é por desconfiança mas somente no intuito de entender os  
291 processos. O sr. Nédio explicou que respeita o conselheiro e acha que os conselheiros tem toda a liberdade de fazer  
292 o controle social e apóia que a comissão de visitas faça um roteiro e conheçam todas as Unidades de Saúde e  
293 verifiquem como são feitos os atendimentos. O conselheiro Osmar falou que não há como a Prestação de Contas  
294 do HC ser feita mensalmente, somente trimestralmente devido a legislação federal. O conselheiro Andre sugeriu que  
295 na prestação de contas sejam apontados os déficits de cada serviço e que o HC tragam quais os municípios fazem  
296 uso do serviço. A Gerente de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria de Saúde informou que encontro de  
297 contas entre a SESAU e a Associação hospitalar Lenoir Vargas Ferreira é feito a cada três meses e apresentou a  
298 planilha que demonstra os gastos tanto do HC quanto do HRO, separado pela parte ambulatorial e pela parte da  
299 oncologia. A presidente informou que o conselheiro Gabriel teve que sair antes da votação mas deixou seu voto  
300 favorável para a aprovação do Termo de Convênio. O Conselho Municipal de Saúde aprovou por 24 votos a favor e  
301 uma abstenção o repasse financeiro do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte  
302 mil reais) por mês, durante o período de julho de 2018 a junho de 2019, para o Hospital da Criança Augusta Muller  
303 Bohner, com a ressalva que a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira apresente trimestralmente a Prestação  
304 de Contas do Hospital da Criança Augusta Muller Bohner e que na metodologia usada na apresentação da  
305 Prestação de Contas do teto integral do Hospital da Criança Augusta Muller Bohner, os valores dos serviços  
306 ambulatoriais, oncológicos e de internações sejam apresentados de forma separada para que os conselheiros  
307 visualizem quantos municípios o Hospital da Criança atende e qual é o déficit em cada serviço que utilizará os  
308 recursos deste convênio. A plenária foi encerrada e eu, Sonia Scussiato, secretária executiva do Conselho  
309 Municipal de Saúde, lavrei a presente ata.

310

311